



Mobilizar em 2017: Só a luta faz avançar!



Reajuste salarial, conquistas para os administrativos, avanços na carreira, defesa dos direitos sociais...
Nas páginas 2 a 5, confira um balanço do ano e as perspectivas para 2017

**Sinteps denuncia
situação dos
administrativos na Alesp**



Pág. 6

**Inservível é o governo!
Não vamos entregar as
áreas das nossas escolas**



Pág. 7

**Reforma do ensino
médio é retrocesso**

Pág. 8

**PEC 55: Desastre à
vista** - Pág. 10

**Previdência: Temer
e os bancos** - Pág. 11

Reajuste salarial, conquistas para os administrativos, defesa dos direitos sociais...

Mobilizar em 2017: Só a luta faz avançar!

Em 2015 e 2016, as propostas de mobilização fomentadas pela direção do Sinteps culminaram na realização de alguns atos públicos e atividades localizadas em várias unidades. No entanto, os indicativos de greve geral apontados pelo Sindicato não foram acatados pela categoria. As razões foram muitas: os que receberam promoção/progressão viram-se menos motivados a encampar a greve, houve eleições nas unidades em 2016, entre outros fatores. Fato é que não fomos à greve em 2015 e nem em 2016. Nestes dois anos e também em 2014 não tivemos nenhum reajuste salarial, o que vem corroendo nossos salários.

A história do nosso Sindicato mos-

tra que, sem mobilização e luta, nunca tivemos conquistas. Assim foi em 2000, 2004, 2011, 2014... quando conseguimos fazer movimentos fortes e tivemos bons frutos.

Em 2015 e 2016, a administração do Ceeteps e o governo estadual ficaram à vontade para nos enrolar. Questões decisivas continuam pendentes:

. Estamos sem reajuste salarial há três anos;

. O projeto de lei que estende o enquadramento por titulação aos administrativos e auxiliares docentes (proposto pelo Sinteps) continua tramitando nas secretarias do governo, mas ainda falta seguir para a Assembleia Legislativa (Alesp). Até o fechamento desta publicação (em

dezembro/2016), isso não havia ocorrido;

. O projeto de lei que equipara o salário dos administrativos do Centro aos valores previstos na Lei 1.080/2008 (proposto pelo Sinteps) também continua tramitando nas secretarias de governo, mas ainda falta seguir para a Alesp. A iniciativa do Sindicato se deu após constatar que, desde 2014, os salários dos administrativos do Centro sequer estão equiparados ao que rege a Lei 1.080/2008, válida para o conjunto do funcionalismo. Esta equiparação corresponderia a um reajuste médio superior a 20% no salário base dos administrativos;

. O plano de saúde institucional, conquistado na aprovação da



Esse filme já conhecemos... sem luta, não tem conquista!



Nas duas fotos logo ao lado, ato público em 16/12/2015, que conquistou a revogação da Portaria 1.174/15, que exigia o cumprimento de metade da HA nas unidades, contrariando um direito conquistado na carreira

Logo acima, foto de ato público em 28/4/2015, no início da mobilização em torno à data-base

Sequência de fotos mostra dois atos públicos promovidos pelo Sinteps em 2016, ambos em frente à administração do Ceeteps: na primeira, em 29/3; nas outras duas, em 24/8

carreira, em 2014, mas condicionado à existência de recursos, continua sendo apenas uma promessa.

O Sindicato continua na luta por esses recursos, mas o governo do Estado contingenciou em 2015 e 2016 os valores que conquistamos por meio de emendas na Comissão de Finanças e Orçamento na Alesp;

. Nosso vale alimentação continua sendo de ridículos R\$ 8,00, mesmo valor vigente para o conjunto do funcionalismo, e ainda assim não é estendido a todos os servidores do Ceeteps. O projeto elaborado pelo Sinteps, de criação de um auxílio alimentação de 20,00 para todos os trabalhadores do Centro, foi visto como viável pelo governo, mas não saiu do campo das promessas.

Não queremos mais promessas! Queremos discutir o reajuste da categoria, pois não dá para suportar mais um ano de arrocho sa-

larial! Queremos que o auxílio alimentação para todos se torne realidade! Queremos que o plano de saúde institucional aconteça! Queremos melhores condições de trabalho para todos! Queremos a revisão da carreira! Queremos jornada de trabalho para os docentes! Queremos um salário digno ao nosso pessoal técnico-administrativo! Queremos uma política salarial

A história da nossa categoria é rica em greves, manifestações e outros mecanismos de resistência e de luta. Assim se deu nos últimos anos, assim será de agora em diante.

Tempos bicudos

Em 2017, além das nossas lutas específicas, também teremos que engrossar a mobilização da população trabalhadora do país, contra os ataques que sopram de Brasília, como a reforma da Previdência, a mutilação dos direitos previstos na CLT, o corte brutal de recursos para educação e saúde, entre outros. A reforma do Ensino Médio, outra das medidas do governo ilegítimo de Michel Temer, pode inclusive trazer enxugamentos e demissões nos cursos oferecidos pelo Centro.

Embora não tenha sido eleito pelo

voto – portanto, seu programa de governo jamais foi exposto à população – Temer corre contra o tempo para cumprir as “metas” estabelecidas pelos financiadores do golpe: os empresários, banqueiros e latifundiários.

Só a organização e a luta dos trabalhadores podem virar esse jogo.

Nesta edição do *Sinteps Jornal*, você confere matérias sobre a aprovação da PEC 55 (que congela investimentos em saúde e educação por 20 anos!), a reforma do ensino médio, a reforma da Previdência e sobre a lei recém-aprovada na Assembleia Legislativa de SP e que autoriza Alckmin a vender terras públicas destinadas ao ensino e à pesquisa. Você também pode ler matérias sobre a situação dos servidores técnico-administrativos do Ceeteps, os mais injustiçados em nossa categoria, entre outros assuntos importantes.

O Sinteps deseja um bom fim de ano a todos. E que 2017 venha com doses extras de garra e disposição de luta para defender nossos direitos e nossa dignidade enquanto cidadãos trabalhadores!



NENHUM DIREITO A MENOS

Em 11/11/2016, as centrais sindicais promoveram um dia de manifestações em todo o país, para protestar contra os ataques do governo federal: corte de gastos públicos em saúde e educação, reforma da Previdência, reforma do Ensino Médio, Escola Sem Partido, entre outros. Em várias unidades do Centro, como mostram as fotos, trabalhadores e estudantes atenderam ao chamado do Sinteps

Os direitos previstos na **nova carreira** e o que ainda temos a conquistar

Foi preciso uma grande greve em 2014 para obrigar o governo Alckmin a desengavetar a nossa carreira e enviá-la para aprovação na Assembleia Legislativa de SP. Com o movimento, a categoria obrigou o governo a desengavetar o projeto da carreira e, também, a aceitar vários itens que não estavam previstos. O que conseguimos com nossa greve:

- Permissão para contratação de um plano de saúde institucional (o Centro tem autorização para implantá-lo, mas ele está condicionado à existência de recursos);
- Licença-prêmio em pecúnia para os servidores autárquicos;
- 30% de hora atividade para os docentes de ETEC, em 2016;
- Promoção e progressão, ou seja, carreira na vertical e na horizontal para todos, escalonadas por nível de titulação;
- Progressão a cada 2 anos e não 3 como anteriormente;
- Até 50% de elevação salarial para o pessoal da área da saúde;
- Até 21% para os auxiliares de docentes;
- Até 28% para o pessoal administrativo;
- Fim da contagem das licenças médicas para a evolução funcional;
- Aumento de 6 para 12 faltas anuais para a evolução funcional;
- Fim da avaliação de desempenho para a promoção, que será feita por tempo, condicionada a 6 anos na mesma referência.

A progressão por tempo de serviço em julho de 2015 representou, em especial para os trabalhadores mais antigos do Centro, um reposicionamento salarial muito significativo. Já a evolução pelo reco-

nhecimento das titulações em julho de 2016 (ou seja, o fim da meritocracia como critério para a promoção) garantiu aos docentes (por enquanto, somente a eles, mas continuamos lutando para que se estenda aos servidores técnico-administrativos e aos auxiliares docentes) a recompensa salarial pelo seu esforço pessoal.

A luta vai continuar

Faltam ainda conquistas importantes que queremos incluir na carreira em vigor, dentre as quais destacamos;

- O retorno da nossa política salarial do Cruesp (já temos várias conquistas judiciais sobre este ponto);
- O enquadramento direto pelas titulações, sem aguardar o tempo de seis anos na referência;
- A licença maternidade de 180 dias para todas;
- O cumprimento da legislação que garante a Sexta Parte (também já temos várias conquistas judiciais neste item);
- A jornada de trabalho para os docentes;
- Entre outras.

A extensão do enquadramento especial por titulação aos servidores técnico-administrativos e auxiliares docentes é ponto de honra para o Sindicato (*leia mais sobre isso na página seguinte*).

Tudo o que falta conquistar é pauta da campanha salarial de 2017, para a qual o Sinteps já conchama a categoria a participar ativamente, porque, como aprendemos em 2014, 2011, 2004, 2000... sem luta não há conquista!



Imagens da greve pela carreira, em 2014. Inspiração para conquistarmos mais!

Projetos de interesse dos **administrativos** e **auxiliares docentes** seguiram para a Secretaria de Planejamento e Gestão

Sinteps pressiona por agendamento de reunião com Monteiro

Em novembro, duas propostas de projeto de lei, de autoria do Sindicato, e que interessam aos trabalhadores do Ceeteps, finalmente saíram da Secretaria de Desenvolvimento e já se encontram na Secretaria de Planejamento e Gestão. No âmbito do governo, ainda precisam tramitar na secretaria da Fazenda, culminando nas mãos do governador Geraldo Alckmin, que precisa enviá-los para a Assembleia Legislativa, onde devem ser aprovados.

Para lembrar

Os projetos tratam de:

1) Reivindicação feita pelo Sindicato desde a discussão da nova carreira, em 2014, de que a promoção especial por titulação em julho/2016 fosse estendida também aos administrativos e auxiliares de docente. Insistentemente, o Sindicato elaborou estudos provando à Superintendência e ao governo que essa extensão acarretaria um gasto mínimo aos cofres públicos, mas seria um grande reconhecimento ao valor destes dois segmentos, uma forma de fazer justiça a toda a categoria.

2) O Sinteps constatou que, desde 2014, os salários dos administrativos do Centro sequer estão equiparados ao que rege a Lei 1.080/2008, válida para o conjunto do funcionalismo. Por isso, elaborou um estudo provando as diferenças. Após várias reuniões, a superintendente, professora Laura, concordou em encaminhar a proposta ao governo.

Pressão

Agora é hora de continuar a pressionar o secretário de Planejamento e Gestão, Marcos Monteiro, um velho conhecido da nossa categoria, pois foi superintendente do Ceeteps por muito tempo, antes da professora Laura. O Sinteps já solicitou reunião e está cobrando o agendamento diariamente. Vamos todos pressionar: envie mensagem (em seu nome ou em conjunto com outros administrativos e auxiliares docentes) para Marcos Monteiro, pelo



e-mail gabinete@planejamento.sp.gov.br.
Segue sugestão de texto:

Assunto: Sobre os projetos que fazem justiça com os administrativos e auxiliares docentes do Ceeteps.

Solicitamos ao Ilmo. Sr. Marco Monteiro, secretário de Gestão Pública, que agilize a tramitação dos seguintes projetos de lei, que atualmente estão em sua Secretaria:

1) *Projeto de lei que estende a promoção especial por titulação aos administrativos e auxiliares docentes. É profundamente injusto deixar de fora uma parte da categoria, justamente a mais discri-*

minada e arrojada dentro do Centro Paula Souza, ainda mais sabendo-se que os impactos financeiros da extensão seriam baixíssimos. Ou seja, com um custo ínfimo, o governo demonstrará respeito e fará justiça a estes segmentos.

2) *Projeto que equipara o salário dos administrativos do Centro Paula Souza à Lei 1.080/2008, válida para o conjunto do funcionalismo. É profundamente injusto que os administrativos do Ceeteps desempenhem funções iguais aos de outras categorias do funcionalismo paulista, mas ganhem menos por isso. Sabemos que a equiparação dos nossos salários à Lei 1.080/2018 ocasionará um custo ínfimo para o governo, mas fará justiça com nosso segmento.*

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Etec/FATEC xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Denúncia na Alesp

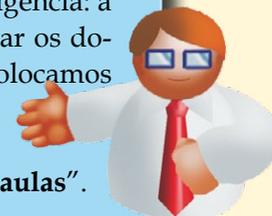
Membros da Direção Executiva do Sinteps levaram à Assembleia Legislativa a denúncia sobre a precariedade dos salários e das condições de trabalho dos servidores técnico-administrativos do Ceeteps. Leia mais em matéria na página seguinte.

Docentes devem ficar atentos às normas para a atribuição de aulas

É comum nesta época do ano o Sinteps receber questionamentos sobre o processo de atribuição de aulas nas ETECs, visto que SÃO MUITAS AS REGRAS e, às vezes, há interpretações próprias, que podem prejudicar o processo de atribuição.

São duas as normas institucionais para atribuição de aulas em vigência: a Deliberação CEETEPS 23/2015 e a Portaria Cetec 923/2016. Para orientar os docentes sobre seus direitos, fizemos um resumo das regras mais gerais e colocamos algumas observações em tópicos que são com mais frequência questionados pelos docentes. Confira o resumo no site (www.sinteps.org.br), no item "Fique por dentro" - "Atribuição de aulas".

Em caso de dúvida, escreva para o e-mail sinteps@uol.com.br.



Frente parlamentar debate ensino técnico e tecnológico

Sinteps denuncia falta de recursos e de pessoal. Descaso com administrativos teve ênfase especial

No dia 6/12, a Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP, iniciativa do deputado Carlos Neder, promoveu um encontro para debater o ensino técnico e tecnológico, em âmbito federal e estadual.

Estavam presentes representantes de entidades sindicais e, também, de instituições de ensino, como o Instituto Federal de SP (IFSP), que engloba hoje 37 unidades. Embora convidada, a superintendência do Centro não compareceu. O Sinteps compôs a mesa com dois representantes: Silvia Elena de Lima e Renato de Menezes Quintino, respectivamente presidente e vice-presidente da entidade.

Compareceram ao evento, também, representantes do Fórum das Seis, que agrupa sindicatos de trabalhadores e entidades estudantis da Unesp, USP, Unicamp e Ceeteps. O presidente do DCE da FATEC, Henrique Domingues, fez uso da tribuna para denunciar os problemas de infraestrutura da maioria das escolas do Centro e, também, a completa ausência de programas de permanência estudantil no Centro.

Na fala de todos, a ameaça contida na PEC 55, que naquele momento ainda não havia sido aprovada no Senado, foi citada como uma pesada sombra a pairar sobre o futuro das instituições públicas de ensino.

Situação do Ceeteps

O vice-presidente do Sinteps expôs um conjunto de informações

sobre a situação do Centro: ausência de democracia em suas instâncias de poder, falta de dotação orçamentária fixa (cabe ao governador definir quanto será repassado ao Centro em cada ano), política de empobrecimento dos serviços prestados pela instituição (somente 13% das FATECs, por exemplo, têm recursos para desenvolver iniciação científica), inexistência de concurso público para a área administrativa desde 2009, professores contratados por tempo determinado, arrocho salarial (o último reajuste veio em 2013), situação dramática dos técnico-administrativos, nenhuma verba para permanência estudantil.

Nos quadros expostos por Renato (veja abaixo), ficou clara a contradição entre o meteórico crescimento da instituição e do número de alunos, frente ao quadro de pessoal.

Segundo cálculos do Sinteps, para dar conta do tamanho atual do Centro, seria necessária uma dotação orçamentária fixa de 3,3% da cota-parte do estado na arrecadação do ICMS.

“Ou o governador muda sua perspectiva no financiamento do Ceeteps, ou a instituição, que já foi modelo de excelência na educação profissional e tecnológica, morrerá à míngua, servindo apenas para propósitos eleitorais ou privatistas”, concluiu Renato. Ele cobrou a responsabilidade dos parlamentares: “Os deputados estaduais de São Paulo têm a obrigação de discutir um modelo de financiamento definitivo para o Ceeteps, até porque a expansão, em grande parte, foi feita



Silvia e Renato falam durante o evento na Assembleia Legislativa

para atender aos interesses eleitorais de prefeitos e deputados.”

Vídeos

A exposição de Renato, bem como as intervenções da presidente do Sinteps e do presidente do DCE podem ser conferidas em vídeo, na TV Sinteps (no site ou no Youtube). A íntegra do estudo apresentado também está disponível no site, no item “Fique por dentro” - “Luta por dotação orçamentária”.

Em sua exposição, Silvia chamou a atenção dos presentes para a

dramática situação do pessoal técnico-administrativo. “Hoje, o salário base de um administrativo do Centro é menor do que o vale-alimentação pago na Unesp”, comparou. Ela pediu o apoio dos deputados para pressionar o governador a enviar à Assembleia Legislativa, com urgência, os projetos de interesse dos administrativos: o que estende a eles o enquadramento por titulação e o que lhes garante, no mínimo, a equiparação aos salários previstos na Lei 1.080/2008 (que rege o conjunto do funcionalismo”.

UNIDADES DO CEETEPS				
ANO	ETECs	Classes Descentralizadas	FATECs	TOTAL
2015	219	311	65	595
2014	218	291*	63	572
2013	212	291*	56	559
2012	210	291	55	556
2011	202	244	51	497
2010	198	239	49	486

ALUNOS MATRICULADOS			
ANO	ETECs	FATECs	TOTAL
2015	208.000	75.253	283.253
2014	220.000	79.000	299.000
2013	220.000	76.000	296.000
2012	220.535	61.010	281.545
2011	212.903	54.657	267.560
2010	150.000	46.000	196.000

SERVIDORES CEETEPS			
ANO	ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS	TOTAL
2015	19.446	560	20.006
2014	19.569	148	19.717
2013	19.188	198	19.386
2012	18.858	875	19.733
2011	18.628	617	19.245
2010	16.972	736	17.708

* Esta é uma estimativa, pois a informação não consta no relatório do Secretário da Fazenda. As demais informações constantes nos quadros foram extraídas de dados oficiais da Secretaria da Fazenda

Inservível é o governo!

PL 328/2016, que autoriza Alckmin a vender áreas destinadas ao ensino e à pesquisa, é aprovado na Alesp

Entre as áreas ameaçadas, há quatro escolas técnicas rurais e duas FATECs

No dia 30/11/2016, a Assembleia Legislativa de SP (Alesp) aprovou o Projeto de Lei (PL) 328/2016. Enviado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) em regime de urgência, o PL autoriza a venda de 79 áreas pertencentes ao estado, sendo 16 da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e 13 de Institutos de Pesquisa. Entre elas, estão áreas pertencentes a quatro escolas técnicas agrícolas – Cônego José Bento (Jacareí), Benedito Storani (Jundiaí), Prof. Dr. Antônio Eufrásio Toledo (Presidente Prudente) e Dr. Carolino da Motta e Silva (Espírito Santo do Pinhal) – e mais a FATEC de Jacareí e o campus II da FATEC de São José do Rio Preto.

A justificativa do governo é que as 79 áreas são inservíveis e não registram ocupação nem mesmo parcial e sua venda pode, portanto, gerar recursos para amenizar a crise de arrecadação do estado. A afirmação foi desmentida pelos institutos de pesquisa e escolas ameaçados com a venda. A maior parte das áreas listadas é palco de atividades de ensino e pesquisa.

“O projeto é um cheque em branco para o governo”, alertou a deputada Beth Sahão (PT/SP), durante audiência pública sobre o PL, realizada na Alesp em outubro. Ela explicou que, com a aprovação do PL 328, o governo pode vender qualquer área pertencente ao estado com tamanho inferior a cinco mil metros quadrados, sem que precise de autorização da Alesp para isso. O leque de áreas não se restringe às 79 constantes no projeto: segundo o próprio governo, há listados outros 900 imóveis “inservíveis”, passíveis de venda.

No Ceeteps

“Sabemos que as escolas vão ter prejuízos. Não serão vendidos os terrenos onde estão construídas, mas como ficará uma escola agrícola com seu espaço reduzido? Como ensinar disciplinas como manejo agrícola sem o campo necessário? Como fazer boa prática pedagógica?”, questiona a presidente do Sinteps, Silvia Elena de Lima.

Para ela, a aprovação do PL é mais uma demonstração do desprezo do governo Alckmin pela educação pública e pela pesquisa, além de “mais um ataque privatista às escolas técnicas agrícolas, que sempre foram motivo de cobiça”. Ela lembra que “estas áreas ligadas às nossas escolas agrícolas são grandes, com expressivo valor econômico”.

No dia 24/11, membros da Direção Executiva do Sinteps participaram de um debate na ETEC



Acima, passeata da comunidade nas ruas de Espírito Santo do Pinhal. Ao lado, mesa do debate na ETEC. A presidente do Sinteps fala durante o ato



Dr. Carolino da Motta e Silva, em Espírito Santo do Pinhal, organizado em parceria com o grêmio estudantil. O debate foi bastante concorrido e fez parte de um conjunto de iniciativas dos trabalhadores e estudantes da unidade, entre elas uma passeata até a Câmara de Vereadores, em 1/12, para pedir apoio à comunidade na defesa da área da escola, que é plenamente utilizada para culturas e criação de gado – atividades essenciais ao ensino na escola agrícola – e/ou para preservação ambiental. Cerca de 23% da área verde da cidade estão dentro da ETEC.

Resistência

O Sinteps integra a Frente em Defesa dos Institutos e Fundações Estaduais de São Paulo, coordenada pelo deputado Carlos Neder (PT/SP), que reúne outras entidades sindicais e científicas

dos institutos de pesquisa paulistas, como o Butantã, o Adolfo Lutz, o Dante Pazzanese de Cardiologia, o Pasteur, o Lauro de Souza Lima, entre outros.

Assim como vem fazendo a comunidade da ETEC de Espírito Santo do Pinhal e como foi feito na ETEC Cônego José Bento (de Jacareí), a orientação do Sindicato é que as demais unidades ameaçadas procurem levar a mobilização às ruas e conscientizar as comunidades sobre o prejuízo que o governo está nos impondo. Primeiro, o governo não repassa os recursos mínimos para manutenção e custeio das áreas e, depois, por conta da falta de financiamento, classifica as terras como inservíveis e as usa para fazer caixa para a Companhia Paulista de Parcerias, ou seja, o dinheiro da venda nem para as unidades vai. É importante ressaltar que a aprovação do PL 328 não obriga o governador Alckmin a vender as áreas, mas sim o autoriza a fazê-lo. Portanto, a luta não acabou.

Uma das iniciativas aprovadas na Frente é orientar trabalhadores e estudantes a solicitarem ao prefeito que pleiteie formalmente que as terras sejam alienadas para o município, pois o projeto prevê que o governo pode fazer isso para fins de “interesse público”.

Em caso de dúvida ou para mais orientações, escreva para sinteps@uol.com.br.

MP 746/2016: Porque a reforma do ensino médio precisa ser combatida

A Diretoria do Sinteps manifesta seu total repúdio à Medida Provisória 746/2016, de autoria do governo ilegítimo de Michel Temer, que tenta impor, sem qualquer discussão com a sociedade, uma drástica reforma no ensino médio brasileiro. O uso da MP – instrumento antidemocrático – é o caminho encontrado para evitar que assunto tão relevante seja discutido com as entidades acadêmicas, sindicatos de professores e técnicos em educação, além de movimentos estudantis.

A proposta de “Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” tenta parecer progressista, mas esconde o fato de que esse tempo integral será exercido com escassez de recursos – como prevê a já aprovada PEC 55, matéria que você confere na pág. 10 – e com a contratação de cursos à distância para integrar o currículo.

Do ponto de vista do currículo, aliás, as alterações previstas pela MP apontam para uma formação educacional cada vez mais frágil e aliageirada, desprovida de base crítica e autônoma... os “apertadores de parafusos” do século 21. O claro objetivo é retomar o caráter tecnicista da



educação, voltada apenas para a formação de mão de obra barata para o mercado.

Outro grave problema é o impacto que na oferta e na estrutura dos cursos de licenciatura, pois permitirá que pessoas sem formação específica e conhecimento pedagógico, “apenas com notório saber” ministrem aulas em escolas públicas e privadas.

O enxugamento do número de disciplinas obrigatórias desta etapa da educação básica deve torná-la mais ‘barata’, em sintonia com declarada política de corte nos orçamentos sociais.

No Centro Paula Souza, onde nossos cursos de ensino médio e técnicos integrados ao médio (ETIM) só voltaram a ser realidade há poucos anos, após graves deformações sofridas no final dos anos 90 (com as reformas promovidas pelo governo FHC), corremos o risco de sofrer graves retrocessos. O fechamento de cursos e a demissão de professores são ameaças concretas.

Por tudo isso, o Sinteps é radicalmente contrário a tal medida por sua forma e conteúdo, e engrossará todos os movimentos que tenham como objetivo lutar contra essa MP e pela abertura de um amplo e democrático debate sobre o ensino médio, que deve envolver todos os setores que defendem uma educação pública, gratuita, laica e democrática.

Conteúdos fragilizados

Após ser baixada via medida provisória, a reforma do ensino médio precisa ser aprovada no Congresso para tornar-se lei. No momento de fechamento desta edição, em 14/12/2016, o texto-base já havia sido aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, seguindo para o Senado Federal. Na Câmara, recebeu uma emenda que reintroduziu como obrigatória a “oferta de conteúdos de filosofia e sociologia” nesta etapa do ensino. Antes de 

As principais medidas

Carga horária

Como é hoje: Carga horária mínima é de 800 horas anuais (ensino parcial).

MP 746: Ampliação gradual para 1.400 horas anuais (ensino integral). Segundo parecer discutido na Câmara, haveria uma meta intermediária, de chegar a 1.000 horas em cinco anos.

Obs: Não fica claro como essa ampliação seria financiada.

Flexibilização da grade

Como é hoje: Os estudantes cursam 13 disciplinas obrigatórias nos três anos.

MP 746: Apenas 60% da carga horária total será igual para todos; depois, o aluno poderá se aprofundar em: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e/ou ensino técnico.

Obs: Parte expressiva da regulamentação da parte “flexibilizada” ficará por conta de cada rede de ensino.

Tempo

Como é hoje: Ensino médio é dividido, em geral, em três anos.

MP 746: Escolas poderão adotar sistema de créditos em algumas disciplinas.

Obs: Parte do currículo poderá ser ofertada em parceria com a iniciativa privada e à distância.

Professores

Como é hoje: Redes só contratam professores que passaram por cursos de formação de professores.

MP 746: Poderão ser contratados professores sem concurso e por “notório saber” para atender cursos técnicos. Também prevê que graduados em qualquer área possam lecionar, desde que com complementação pedagógica.

Obs: A medida poderá ampliar a precarização da atuação docente.



chegar à Câmara, após críticas generalizadas, o governo já havia devolvido à MP 746 a obrigatoriedade dos conteúdos de arte e educação física, que também tinham sido excluídos.

Especialistas alertam, no entanto, que a presença de “conteúdos” destas áreas no texto não garante que sejam oferecidas na forma de disciplinas específicas, mas sim em “estudos e práticas”, que devem ser inseridos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que definirá quais conteúdos serão comuns a todas as escolas do país. Isso significa que o modelo para tais “estudos e práticas” poderá ser definido em cada rede de ensino.

Inicialmente, o projeto do governo previa que, pelo menos, metade da carga horária de todo o ensino médio fosse flexibilizada. Frente às críticas, esse percentual foi reduzido para 40%. Uma das emendas ao texto tentava retirar a possibilidade de realização de convênios com instituições de ensino a distância para oferta de parte do currículo. Apesar das críticas de que essa proposta embute o risco de “terceirização do ensino”, a emenda foi rejeitada na Câmara, por 229 votos a favor da manutenção do texto, 124 contrários.

Também foram rejeitadas as emendas que previam o ensino de educação política e direitos do cidadão, além de outras que tentavam retirar do texto da medida provisória a possibilidade de contratação de profissionais com “notório saber” para dar aulas na área técnica.

Vamos encher a caixa deles de e-mails!

Mande e-mail para os senadores federais, conclamando-os a rejeitem a aprovação da MP 746 e a abrirem, efetivamente, o debate com a sociedade.

No site do Sinteps, você obtém os endereços dos senadores. Vá em “Fique por dentro” – “E-mails de parlamentares”.



LOA/2017: Diretoria do Sinteps protocolou emendas na Alesp pedindo reajuste e plano de saúde

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), da Assembleia Legislativa, deve aprovar, ainda em dezembro, o relatório do deputado João Caraméz para o projeto do Orçamento estadual enviado pelo governador Alckmin para 2017. A Lei Orçamentária Anual (LOA) disciplina os gastos do estado de São Paulo no ano que vem.

Assim como faz todos os anos, a Diretoria Executiva do Sinteps protocolou duas emendas, representando os anseios de 20.000 trabalhadores e suas famílias. Elas pedem recursos para o reajuste salarial e a implantação do plano de saúde institucional.

O relatório final da CFOP ao projeto de Orçamento do governo deve ser votado até o final da semana que antecede o Natal.

Você pode ajudar a pressionar pela inclusão das nossas emendas.

Mande e-mail para o relator do orçamento, para jcaramez@al.sp.gov.br.

Sugestão de texto para o e-mail:

“Prezado deputado João Caraméz,

Somos 20 mil trabalhadores - servidores técnico-administrativos, docentes e auxiliares docentes das ETECs e FATECs - que pedem a atenção de Vossa Senhoria para as emendas enviadas pelo Sinteps, o sindicato que nos representa. Não pedimos muito, apenas os recursos necessários para que tenhamos um reajuste salarial - após três anos de salários congelados - e para a implantação do plano de saúde institucional, conforme garantido em nosso plano de carreira, mas jamais criado.

Atenciosamente,
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

As emendas

1) REAJUSTE SALARIAL

Os professores, funcionários e auxiliares de docente do Ceeteps estão com os salários defasados em função das perdas inflacionárias do período 2013-2016. No

ano de 2013 o reajuste salarial foi de 8,12%, mas, em 2014, 2015 e 2016 o reajuste salarial da categoria foi Zero. Se não houver correção salarial na data base de 2017 a perda de profissionais da instituição se intensificará ao ponto de refletir na qualidade dos serviços prestados à população. A própria autarquia já havia solicitado ao Governo R\$ 135 milhões a mais do que o governo destinou no orçamento, isso apenas para cobrir o crescimento vegetativo da folha e realizar contratações frente à expansão provocada pelo próprio governo.

Considerando apenas a inflação do período 2013 a 2016 a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores está em 24,80% pelo índice FIPE. Sendo obrigação constitucional do governo reajustar os salários dos trabalhadores anualmente, reivindicamos o acréscimo de R\$ 540 milhões exclusivamente para PESSOAL E ENCARGOS, a fim de que os direitos trabalhistas e constitucionais dos trabalhadores do Ceeteps sejam respeitados.

2) PLANO DE SAÚDE

A categoria conquistou na greve de 2014 a aprovação da Lei Complementar 1240/2014, que instituiu a nova carreira dos trabalhadores do Ceeteps. Nesta lei foi incluída antiga reivindicação que é a contratação de um plano de saúde institucional, mas que para se tornar realidade precisa de previsão orçamentária.

Assim, reivindicamos acrescentar ao orçamento para CUSTEIO do Ceeteps, para o exercício de 2017, o montante de R\$ 35 milhões como rubrica específica para a contratação do plano de saúde institucional, dando cumprimento ao artigo 7º da LC 1240/14, bem como as obrigações patronais previstas na NR - 4 sobre a promoção da saúde do trabalhador, lembrando que a autarquia que contrata o seu pessoal pelo regime da CLT e está, portanto, no momento, descumprindo a legislação de medicina e segurança do trabalho.

PEC da morte aprovada

"Congelar investimentos por 20 anos é uma aberração", diz professora da PUC/SP

13 de dezembro de 1968: com a aprovação do Ato Institucional nº 5 (AI5), o regime militar brasileiro estabelece medidas de exceção e de cerceamento às liberdades democráticas dos cidadãos.

13 de dezembro de 2016: com a aprovação da PEC 55 em segundo turno de votação no Senado, o governo ilegítimo de Michel Temer dá um duro golpe nas garantias sociais previstas na Constituição de 1988.

A comparação entre as duas datas inundou as redes sociais no início da tarde de 13/12/2016, tão logo terminou a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, que estabelece o congelamento dos investimentos nos serviços públicos – saúde e educação, em especial – por 20 anos, limitando sua correção aos índices da inflação do ano anterior. Pelas regras vigentes, os investimentos públicos são corrigidos com base no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, pelo crescimento real das receitas públicas.

A divulgação de pesquisa DataFolha no



Reprodução: Rede Brasil Atual

dia da votação, dando conta de que 60% dos brasileiros eram contra a aprovação da PEC (24% favoráveis, 4% indiferentes e 12% não souberam opinar), não sensibilizou os senadores, que aprovaram a medida proposta pelo governo Temer por 53 votos a favor e 16 contrários.

A aprovação da PEC prenuncia tempos dramáticos para a saúde e a educação públicas.

"Ao contrário do que o governo diz, o piso vai ser o teto para os investimentos em saúde e educação até 2036", avalia o professor da Faculdade de Medicina da USP e vice-presidente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Mário Scheffer (*Portal UOL 14/12/2016*). Ele explica que, no caso da saúde, ainda que insuficiente, havia um crescimento lento dos recursos. "Com a PEC, mesmo com crescimento do PIB, isso não será repassado para a saúde, e não podemos ignorar que a população e o índice de idosos crescem, bem como cresce a demanda por novas tecnologias e medicamentos nesse setor", destacou. Scheffer lembrou, também, que a maior parte hoje da receita dos hospitais privados – exceto os que são apenas privados – advém do SUS. "Pelo menos 70% dos leitos do SUS estão em hospitais privados; além disso, o SUS movimenta todo um complexo econômico que abrange ainda a indústria farmacêutica. Atrelar os investimentos à inflação, com aumento do público atendido, não só vai reduzir o poder de compra do SUS como vai impactar todo esse complexo, que também emprega muita gente", enfatizou.

Para a professora Neide Noff, da PUC/SP, "congelar investimento por 20 anos é uma aberração, é impedir o crescimento da educação e, o que pode ser pior, regredir no que já se conquistou". Ela prevê prejuízos irreversíveis na formação de professores, com a legitimação do uso de leigos na rede pública, e a estagnação do número de vagas públicas da educação básica à superior, passando pelas creches. "Sem contar que educação traz uma oportunidade social.

Se não tem verba para investir nela, tem-se mais evasão escolar", disse (*Portal UOL, idem*).

"Com a PEC 55, daqui a 20 anos estaremos investindo, em relação ao PIB, um percentual de educação igual ao de 1990, quando a distribuição de renda do Brasil era uma das piores do mundo", complementou Otaviano Helene, professor e pesquisador da USP, em entrevista à TV Sintepeps.

Falácias e reação

Temer trabalha em ritmo acelerado para aprovar e impor medidas que têm em comum o confisco de direitos sociais e trabalhistas, a ampliação e a implantação de pautas conservadoras na sociedade. O empresariado e os grandes grupos econômicos pressionam para que Temer viabilize, o mais rápido possível, as propostas que reivindicam há décadas. O objetivo central, neste momento, é jogar sobre a maioria da população a conta da crise econômica que eles mesmos criaram e garantir o pagamento da dívida pública junto aos banqueiros.

E, exatamente por isso, o governo sequer cogita adotar medidas que repartam a crise entre os capitalistas, por exemplo: a reforma do sistema tributário e a cobrança de impostos sobre grandes fortunas, o aumento da tributação dos bancos, os impostos sobre heranças, o fim de subsídios a empresários e o combate à sonegação. Como bem assinala o jornalista Leonardo Sakamoto: "Já passamos da hora de discutir esse sistema que, em todos os momentos, de crise ou de bonança, faz com que os muito ricos sejam poupados, enquanto os mais pobres virem geleia" (*Portal UOL, 13/12/2016*).

A aprovação da PEC pelos venais parlamentares do Congresso Nacional não encerra a história por aqui. O desdobramento da crise política e econômica e o crescimento da insatisfação da população pobre, certamente, serão ingredientes de muita mobilização no próximo período.

Críticas da ONU

As críticas à PEC 55 vieram de todos os lados, tamanha a barbárie que deve causar nos serviços públicos. Nota divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), classifica a medida como "radical" e sem "compaixão", que vai "atar as mãos dos futuros governantes, com impactos severos sobre os brasileiros mais vulneráveis, além de constituir uma violação de obrigações internacionais do Brasil".

Em entrevista à imprensa, Philip Alston, relator especial da ONU para assuntos de extrema pobreza e direitos humanos, lembrou que "o plano de mudar a Constituição para os próximos 20 anos vem de um governo que chegou ao poder depois de um *impeachment* e que, portanto, jamais apresentou seu programa a um eleitorado" (*Folha de S. Paulo, 10/12/2016*). Alston cita um exemplo prático: "O Plano Nacional de Educação no Brasil clama pelo aumento de R\$ 37 bilhões anualmente para prover uma educação de qualidade para todos os estudantes, enquanto a aplicação da PEC reduzirá o gasto planejado em R\$ 47 bilhões nos próximos oito anos. Com mais de 3,8 milhões de crianças fora da escola, o Brasil não pode ignorar o direito deles de ir à escola, nem os direitos de todas as crianças a uma educação de qualidade."

Reforma da Previdência: Os bancos pedem, Temer se apressa

Reafirmando sua intenção de promover em curto espaço de tempo o maior número possível de medidas reclamadas pelos empresários e banqueiros, o governo Temer já deu início à tramitação na Câmara dos Deputados da PEC 287/2016, que prevê a reforma da Previdência no país. As medidas são tenebrosas para os trabalhadores da iniciativa privada e para o funcionalismo público.

A intenção é dificultar ao máximo o usufruto da aposentadoria pela maior parte da população. Entre as medidas estão: adoção de idade mínima de 65 anos para as aposentadorias para homens e mulheres, desvinculação do valor dos benefícios pre-



videnciários do salário mínimo, transferência dos recursos da Seguridade Social para outros fins e total impulso para a previdência complementar privada. Para alcançar o teto remuneratório (hoje em R\$ 5.189,92), trabalhadores privados e públicos terão que combinar idade mínima de 65 anos de

idade e 49 anos de contribuição! Homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 entram em regras de transição, mas também com muitos prejuízos.

A farsa do rombo

O alegado rombo nas contas da Previdência – que teria sido

de R\$ 85,8 bilhões em 2015 –, justificativa para a necessidade da reforma, não passa de uma farsa, fruto de manipulação de dados pelo governo federal, conforme mostra vídeo elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

O vídeo explica que a Previdência Social, assim como a Saúde e a Assistência Social, fazem parte da Seguridade Social. Os recursos da Seguridade Social vêm das contribuições de empregados, empregadores, impostos e receitas da União. Somando-se todos esses recursos, a Seguridade Social tem superávit, ou seja, recebe mais do que gasta. Em 2014, a arrecadação da Seguridade Social foi de R\$ 686 bilhões, contra um gasto de R\$ 632 bilhões.

Confira o vídeo no link:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/12/08/video-nas-redes-diz-que-rombo-na-previdencia-e-farsa-sera-mesmo.htm>

As regras gerais previstas na PEC 287

- Aposentadoria aos 65 anos de idade e 25 anos de contribuição (para ter direito ao benefício integral serão precisos 49 anos de contribuição).

- Idade mínima vai aumentar à medida que a sobrevida (expectativa de vida depois dos 65 anos de idade) aumentar. Atualmente, é de 18 anos. De acordo com estimativas oficiais, haverá dois aumentos até 2060, o que elevará a idade mínima para 67 anos. Cada vez que a sobrevida aumentar um ano completo, a idade mínima também aumentará um ano.

- Regra de transição: para homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos. Vai se aplicar um pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição que falta seguindo a regra atual. Por exemplo: um homem que tenha 50 anos na data da promulgação da PEC e 34 anos de contribuição, teria que trabalhar apenas por mais um ano; com a regra de transição, será preciso contribuir por mais um ano e meio.

Previsão Orçamentária aprovada na Assembleia Geral de 11/11/2016.

O Balanço financeiro e da gestão patrimonial do Sinteps, exercício 2015, aprovado em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 21/10/2016, pode ser conferido no site (www.sinteps.org.br), no item "Fique por dentro" - "Balanços e Orçamentos Sinteps".



PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2017				
Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps - SINTEPS - Exercício 2016				
RECEITAS	MÊS BASE 9/2015	%	ANUAL	CORRIGIDO
1.1 - Arrecadação				
Total das receitas	93.675,47	100	1.124.105,64	1.223.010,07
DESPESAS				
2.1 - Trabalho de base	46.837,74	50	562.052,82	611.505,04
2.1.1 - Reuniões				
2.1.2 - Campanha salarial				
2.1.3 - Transportes com viagens				
2.1.4 - Hospedagem				
2.1.5 - Alimentação				
2.1.6 - Correio				
2.1.7 - Cursos e palestras				
2.1.8 - Congressos				
2.1.9 - Ajuda de custo				
2.1.10 - Contr. p/ ent. sindicais				
2.1.11 - Cultura/esporte/lazer/festas				
2.1.12 - Assinat. (periódicos, Internet etc.)				
2.1.13 - Publicações do Sinteps				
2.2 - Salários, encargos	18.735,09	20	224.821,13	244.602,01
2.3 - Serviços de terceiros	18.735,09	20	224.821,13	244.602,01
2.3.1 - Assessoria jurídica				
2.3.2 - Assessoria contábil				
2.3.3 - Assessoria imprensa				
2.3.4 - Assessorias diversas				
2.4 - Despesas admin.	9.367,55	10	112.410,56	122.301,01
2.4.1 - Material de expediente				
2.4.2 - Contas de telefone				
2.4.3 - Taxas bancárias				
2.4.4 - Manutenção do imóvel				
2.4.5 - Manutenção de equipamentos				
2.4.6 - Copa e cozinha				
2.4.7 - Materiais de limpeza				
TOTAL DAS DESPESAS	93.675,47	100	1.124.105,64	1.223.010,07

1) A correção anual foi calculada com base no IGPM acumulado dos últimos 12 meses, tendo como referência o mês de outubro/2016 - 8,7985



Quem lucra com a Reforma da Previdência?

No site *Conversa Afiada*, o jornalista Paulo Henrique Amorim publicou o texto abaixo, revelador dos interesses que se escondem por trás da Reforma da Previdência. O link é <http://www.conversaafiada.com.br/economia/reforma-da-previdencia-vai-engordar-os-bancos>

Vale a pena conferir:

No Brasil as coisas óbvias precisam ser ditas. Com a angústia de quem descobriu que trabalhará até 80 anos caso a Reforma da Previdência seja aprovada, passei a noite pesquisando o que havia feito o Secretário de Previdência, Marcelo Caetano, o homem por trás da reforma, desde que o governo Temer assumiu. Pois bem, encontrei algumas coincidências:

- 29/07/16 - Reunião com representantes da Gap Asset Management
- 01/08/16 - Reunião com representante do Banco BBM
- 05/08/16 - Reunião com confederações patronais
- 08/08/16 - Reunião com representantes da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg)
- 12/08/16 - Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev)
- 18/08/16 - Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos



- Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev); Reunião com representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- 30/08/16 - Reunião com representantes do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)
- 31/08/16 - Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC)
- 01/09/16 - Reunião do Conselho de Administração da Brasilprev
- 06/09/16 - Reunião com representantes do Bradesco
- 13/09/16 - Reunião com representantes da JP Morgan Private Bank
- 20/09/16 - Reunião com representantes da Fitch Ratings
- 21/09/16 - Reunião com representantes do Banco Santander

- 22/09/16 - Reunião com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI)
- 27/09/16 - Reunião com representantes do Fórum das Empresas Transnacionais (FET); Reunião com representantes do Bradesco e da Wellington Management
- 29/09/16 - Reunião com investidores da PIMCO
- 06/10/16 - Reunião com representantes do MBL
- 21/10/16 - Reunião com representantes da Fiesp; Teleconferência com representantes do Bradesco BBI
- 25/10/16 - Reunião com representantes da Standard & Poor's
- 23/11/16 - Reunião com representantes

- XP Investimentos
- 30/11/16 - Reunião com representantes do JP Morgan Private Bank

— UM DIA ANTES —

- 05/12/16 - Debate sobre Reforma da Previdência com representantes das Centrais Sindicais

Acho que deu pra entender né?
A Reforma da Previdência NÃO VEIO pra sanar as contas públicas.
Ela veio pra que você se veja OBRIGADO a contratar uma previdência privada...

“NÃO ESTAMOS ALEGRES, É CERTO, MAS TAMBÉM POR QUE RAZÃO HAVERÍAMOS DE FICAR TRISTES?”

O MAR DA HISTÓRIA É AGITADO.

AS AMEAÇAS E AS GUERRAS HAVEMOS DE ATRAVESSÁ-LAS, ROMPÊ-LAS AO MEIO, CORTANDO-AS COMO UMA QUILHA CORTA AS ONDAS.”

(MAIAKOVISKI)

O Sinteps deseja a todos boas festas e um novo ano recheado de disposição de luta e garra pela vida! Feliz 2017!

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP.

Expediente

Localização: Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro. Cep 01124-060. SP/SP. Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.
Endereço para correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - São Paulo - SP. E-mail: sinteps@uol.com.br Site: <http://www.sinteps.org.br>
www.facebook.com/#!/sindicatodotrabalhadores.sinteps No YouTube: TV Sinteps

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br) Tiragem desta edição: 3.300 exemplares.